

**SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE
26/05/2025****BREVES COMUNICAÇÕES**

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado criticou decisões recentes do Governo Federal na área econômica, destacando o aumento do IOF anunciado e revogado no mesmo dia, o que gerou instabilidade no mercado. Cobrou do Executivo mais responsabilidade fiscal e condenou medidas que buscam agradar a base eleitoral sem sustentabilidade econômica. Também questionou uma possível nova regulação das redes sociais, apontando riscos de censura e restrição à liberdade de expressão. Ainda rebateu declarações do Presidente Lula sobre o preço do gás de cozinha, afirmando que a responsabilidade pela gestão da Petrobras é do próprio Governo.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado defendeu mais apoio financeiro aos Municípios, especialmente aos de menor porte. Relatou que, após a Marcha dos Prefeitos, gestores municipais aguardavam do Presidente Lula o anúncio de um repasse adicional de 1% do FPM, medida que custaria cerca de R\$ 5,4 bilhões, frente ao R\$ 1 trilhão previsto para o PAC. Destacou que pequenos Municípios enfrentam sérias dificuldades para manter serviços básicos e que as emendas parlamentares têm sido fundamentais para suprir demandas locais. Alertou ainda que é preciso priorizar quem está na ponta, lidando diretamente com a população.

Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS - DF) - O Deputado homenageou os 35 anos da Agência Brasil, destacando sua relevância na produção de conteúdo jornalístico gratuito, acessível e de interesse público. Ressaltou os avanços da agência na era digital e seu papel na democratização da informação. Além disso, criticou o aumento de impostos e cobrou mais responsabilidade fiscal do Governo Federal. Defendeu que a solução para o equilíbrio das contas públicas não está na elevação da carga tributária, mas na redução de desperdícios, no corte de estruturas ineficientes e na gestão responsável, em respeito aos contribuintes e às famílias brasileiras.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado repercutiu o depoimento do ex-Comandante da Aeronáutica, Baptista Júnior, que revelou detalhes sobre a tentativa de golpe durante o Governo Bolsonaro. Informou que o militar confirmou que houve minuta do golpe, que o ex-Presidente participou da elaboração do documento e que discutiu ações para se manter no poder, incluindo voz de prisão dada por Freire Gomes e a



possibilidade de tropas nas ruas. Relatou que o depoimento também apontou que houve planos para prender e até assassinar o Presidente Lula, o Vice-Presidente Alckmin e o Ministro Alexandre de Moraes.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado pediu desculpas à população, aos seus eleitores e ao Deputado Sanderson por ter votado em Hugo Motta para presidir a Câmara. Criticou o Presidente da Casa por não cumprir acordos com a Oposição, especialmente em relação à pauta da anistia dos presos do 8 de Janeiro e à abertura de uma CPI para investigar fraudes contra aposentados. Também questionou a atuação do Supremo, as alterações no Marco Civil da Internet e o aumento de impostos como o IOF. Acusou ainda o Governo de tentar censurar opositores nas redes e apontou perseguição ao Deputado licenciado Eduardo Bolsonaro.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada abordou a Medida Provisória nº 1.300, de 2025, que modernizar o setor elétrico, promover mais eficiência, competitividade e transparência e tratar da Tarifa Social de Energia Elétrica, da liberdade de escolha dos consumidores e da divisão de custo. Informou que a proposta prevê gratuidade na conta de luz para famílias do CadÚnico que consomem até 80 kWh por mês e desconto para quem consome até 120 kWh, com renda de meio a um salário mínimo. Ressaltou que o texto também amplia a Tarifa Social, beneficiando pessoas com deficiência, idosos do BPC, além de famílias indígenas, quilombolas e moradores de regiões isoladas. Por fim, destacou que cerca de 100 milhões de brasileiros serão contemplados.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada afirmou que o Brasil retomou políticas de combate à fome, geração de emprego e acesso à energia e ao gás para famílias de baixa renda. Destacou que mais de 20 milhões de famílias passaram a ter acesso gratuito ao gás de cozinha e à energia, por meio de programas sociais retomados pelo Governo Lula. Também criticou tentativas de anistiar envolvidos nos atos antidemocráticos e citou mensagens reveladas pela Polícia Federal que mostram diálogo entre Eduardo Cunha, Mauro Cid e Jair Bolsonaro para beneficiar Cunha judicialmente. Defendeu ainda que o escândalo dos descontos no INSS teve origem no Governo anterior e que as investigações e punições estão sendo conduzidas pela atual gestão.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado trouxe à tribuna a informação sobre o pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) ao Supremo Tribunal Federal (STF) para instauração de inquérito contra o Deputado licenciado Eduardo Bolsonaro, questionando a legalidade e os métodos adotados, como a intimação diplomática nos Estados Unidos. Questionou decisões judiciais sobre extradições e bloqueios de perfis, citando os casos de Allan dos Santos e Oswaldo Eustáquio. Criticou ainda a atuação do Judiciário brasileiro, mencionando editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, que alertou para riscos à liberdade de imprensa e à



democracia. Afirmou que o Brasil vive uma desordem institucional e classificou o cenário como um ataque à liberdade de expressão.

ORDEM DO DIA

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente reafirmou o compromisso de promover um debate amplo e democrático ao indicar relatoria do Projeto de Lei (PL) nº 1.283, 2025, relacionado à segurança pública, assegurando que não haverá atropelo de etapas. Ressaltou que, desde sua candidatura, a segurança tem sido tratada como prioridade, destacando a celeridade conferida à tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, da segurança pública enviada pelo Governo. Defendeu a aprovação da PEC como resposta necessária à crise na segurança pública nacional e considerou o PL como parte de uma solução legislativa voltada ao enfrentamento do crime organizado. Enfatizou que a atuação da Casa será firme, mas dentro dos marcos legais e constitucionais, apelando por união entre Governo e Oposição para enfrentar a gravidade da situação com responsabilidade e ações concretas.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado defendeu Projeto de Lei nº 1.283, de 2025, que altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016 (Lei Antiterrorismo), para ampliar as motivações do crime de terrorismo, especificar infraestruturas críticas e serviços de utilidade pública, estender a aplicação da lei a organizações criminosas e a milícias privadas que realizem atos de terrorismo, além de estabelecer majorante para ato de terror cometido por meio de recurso cibernético. Alertou para o avanço do grupo no Rio de Janeiro, citando o controle de áreas, instalação de barricadas e aumento da insegurança, especialmente em comunidades vulneráveis. Relatou ainda um caso ocorrido na Bahia, onde um motorista de aplicativo foi assassinado de forma brutal, supostamente pelo Comando Vermelho. Cobrou uma atuação mais rigorosa do Governo Federal no enfrentamento ao crime organizado e afirmou que, sem uma resposta firme, a população continuará exposta à violência e à criminalidade.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 1.283, de 2025, que altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016 (Lei Antiterrorismo), para ampliar as motivações do crime de terrorismo, especificar infraestruturas críticas e serviços de utilidade pública, estender a aplicação da lei a organizações criminosas e a milícias privadas que realizem atos de terrorismo, além de estabelecer majorante para ato de terror cometido por meio de recurso cibernético. Destacou que o Brasil enfrenta a atuação de 88 facções espalhadas por todo o território nacional, que exercem controle sobre comunidades por meio da violência e do medo. Informou que não reconhecer essas facções como terroristas representa omissão diante da gravidade do problema. Também elogiou a condução



do Presidente da Câmara, que, segundo ele, cumpriu o compromisso de priorizar o tema da segurança pública no Parlamento.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 1.283, de 2025, que altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016 (Lei Antiterrorismo), para ampliar as motivações do crime de terrorismo, especificar infraestruturas críticas e serviços de utilidade pública, estender a aplicação da lei a organizações criminosas e a milícias privadas que realizem atos de terrorismo, além de estabelecer majorante para ato de terror cometido por meio de recurso cibernético. Além disso, saudou o Presidente da Câmara, Deputado Hugo Motta, e os colegas presentes, destacando o esforço em aprimorar a legislação brasileira no combate ao crime organizado e à prática de atos terroristas. Assinalou a importância de o Congresso oferecer uma resposta efetiva à sociedade diante da crescente violência. Relatou ainda que, na semana retrasada, os Estados Unidos solicitaram ao Brasil o reconhecimento formal de facções criminosas como organizações terroristas. Informou que a resposta do Governo brasileiro foi negativa, o que considerou uma decisão equivocada, tendo em vista a gravidade das ações promovidas por esses grupos.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 1.283, de 2025, que altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016 (Lei Antiterrorismo), para ampliar as motivações do crime de terrorismo, especificar infraestruturas críticas e serviços de utilidade pública, estender a aplicação da lei a organizações criminosas e a milícias privadas que realizem atos de terrorismo, além de estabelecer majorante para ato de terror cometido por meio de recurso cibernético. Destacou a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Defendeu que o combate ao crime organizado deve ser rigoroso, mas alertou para a necessidade de discutir, com responsabilidade, os impactos no direito internacional e possíveis ingerências externas. Reforçou a importância de um debate amplo com diferentes setores antes da votação do mérito.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada registrou o voto contrário do PSOL ao requerimento de urgência do Projeto de Lei (PL) nº 1.283, de 2025, que altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016 (Lei Antiterrorismo), para ampliar as motivações do crime de terrorismo, especificar infraestruturas críticas e serviços de utilidade pública, estender a aplicação da lei a organizações criminosas e a milícias privadas que realizem atos de terrorismo, além de estabelecer majorante para ato de terror cometido por meio de recurso cibernético. Assinalou que, após estudo aprofundado do PL, o partido entendeu que a medida representa



uma ameaça à liberdade de expressão, especialmente para os povos indígenas, que tradicionalmente realizam mobilizações pacíficas.

Danilo Forte (UNIÃO - CE) - O Deputado saudou a aprovação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 1.283, de 2025, voltado ao combate ao crime organizado e ao terrorismo, ressaltando que 23 milhões de brasileiros vivem sob controle de facções e milícias que violam a liberdade e a propriedade, especialmente em áreas urbanas e no Estado do Ceará. Relatou ainda episódios de violência, extorsão de empresários e impactos no setor de combustíveis, com perdas fiscais superiores a R\$ 61 bilhões. Criticou a atuação limitada do Estado e defendeu uma legislação que tipifique o crime de terrorismo, transfira os casos para a Justiça Federal e elimine brechas como fiança e custódia. Apontou a infiltração do crime organizado na política, citando casos de Prefeitos afastados e denunciados, todos vinculados ao partido do Senador Cid Gomes, a quem dirigiu críticas diretas.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do país para a definição e implementação de políticas públicas.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do país para a definição e implementação de políticas públicas.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do país para a definição e implementação de políticas públicas.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada defendeu o Projeto de lei nº 638, de 2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do país para a definição e implementação de políticas públicas. Destacou a importância de reconhecer o papel das mulheres no desenvolvimento econômico e produtivo do País.



Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada destacou a atuação de Parlamentares do PSOL e do PT na defesa dos direitos das mulheres, citando nomes como Talíria Petrone, Sâmia Bomfim, Fernanda Melchionna, Erika Hilton, Professora Luciene Cavalcante, Luiza Erundina, Jack Rocha e Benedita da Silva. Afirmou que o tema unificou Parlamentares de diferentes espectros ideológicos por ser uma pauta de natureza humanitária, e não partidária. Por fim, ressaltou que o reconhecimento de direitos para mulheres, inclusive trabalhadoras domésticas, não deve ser motivo de receio.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado destacou a importância do cumprimento do acordo para votação de requerimentos de urgência, apelando pela cooperação entre os Líderes para evitar impasses que prejudiquem o andamento das sessões. Em seguida, abordou o Projeto de Lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste a constituir subsidiárias, visando modernizar sua estrutura societária e ampliar sua atuação no mercado financeiro. Ressaltou o papel do banco no desenvolvimento regional, especialmente no Nordeste, destacando seu impacto no financiamento da agricultura familiar, micro e pequenas empresas, e projetos de infraestrutura como a ferrovia Transnordestina. Defendeu ainda que a proposta reforça a missão do Banco do Nordeste na inclusão produtiva e social, contribuindo para o crescimento sustentável da região e o aperfeiçoamento da governança da instituição.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de lei nº 3.758, de 2024, que altera a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, para incluir hipóteses de destinação não onerosa de imóveis não operacionais do Fundo do Regime Geral de Previdência Social, geridos pela Secretaria do Patrimônio da União.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de lei nº 3.758, de 2024, que altera a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, para incluir hipóteses de destinação não onerosa de imóveis não operacionais do Fundo do Regime Geral de Previdência Social, geridos pela Secretaria do Patrimônio da União.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de lei nº 5.063 de 2023, que institui política de apoio e prevenção da estafa mental ou burnout relacionado à maternidade.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada reafirmou que a votação de projetos relacionados aos direitos das mulheres resultou de um acordo construído pela bancada feminina. Informou que os debates na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em parceria com a Deputada Benedita da Silva, avançaram de forma



Sumário da Sessão nº 88.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2025

colaborativa, independentemente de posições ideológicas. Também destacou a importância de propostas voltadas ao cuidado com as mães, lembrando os impactos da pandemia sobre a saúde mental das mulheres. Por fim, defendeu que o Projeto de lei nº 5.063 de 2023, em apreciação, representa um avanço para “matriarcar” a política, ao reafirmar o direito das mulheres à maternidade, mesmo diante da exaustão profissional.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado manifestou solidariedade ao Deputado Cabo Gilberto Silva. Afirmou que houve ataques à democracia e às prerrogativas parlamentares por parte de Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Citou o artigo 53 da Constituição para defender a inviolabilidade dos mandatos e destacou que cabe ao STF zelar pela democracia, não atacá-la. Por fim, defendeu a necessidade de preservar as garantias do Congresso Nacional e a estabilidade institucional.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado se posicionou contra a aprovação de requerimentos de urgência, ressaltando que seu posicionamento não se refere ao mérito dos projetos, mas ao processo legislativo. Defendeu que a Câmara deve cumprir seu papel de produzir leis de qualidade, o que não ocorre quando propostas são votadas diretamente no Plenário sem passar pelas Comissões. Ademais, criticou leis mal elaboradas que resultaram em prejuízos à sociedade, como casos que afetaram aposentados e pensionistas. Por fim, reclamou da dificuldade de pautar projetos que já tramitaram pelas Comissões e pediu que as urgências sejam evitadas para garantir um debate mais amplo.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

General Girão (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.



Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

General Girão (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.694, de 2025, que dispõe sobre a transformação de cargos vagos no quadro permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sem aumento de despesas.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.694, de 2025, que dispõe sobre a transformação de cargos vagos no quadro permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sem aumento de despesas.

General Girão (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.694, de 2025, que dispõe sobre a transformação de cargos vagos no quadro permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sem aumento de despesas. Além disso, criticou o Governo por tentar implantar censura no País, mencionando uma ação recente da Advocacia-Geral da União junto ao Supremo Tribunal Federal para controle das redes sociais. Embora tenha declarado apoio a algum nível de regulação, afirmou que o tipo de controle proposto pelo atual Governo é inaceitável e representa uma ameaça à liberdade democrática no Brasil.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.694, de 2025, que dispõe sobre a transformação de cargos vagos no quadro permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sem aumento de despesas.



Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado alertou que votar a favor da matéria em discussão, o Projeto de Lei nº 1.694, de 2025, equivale a apoiar o aumento de impostos, argumentando que não há despesa pública sem a correspondente receita. Citou como exemplo o recente aumento do IOF, reforçando sua crítica à medida.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.694, de 2025, que dispõe sobre a transformação de cargos vagos no quadro permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sem aumento de despesas.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.694, de 2025, que dispõe sobre a transformação de cargos vagos no quadro permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sem aumento de despesas.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.694, de 2025, que dispõe sobre a transformação de cargos vagos no quadro permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sem aumento de despesas. Além disso, criticou a decisão do Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, de abrir inquérito contra o Deputado Eduardo Bolsonaro por denunciar no exterior supostas práticas autoritárias no Brasil. Classificou a medida como perseguição política e afirmou que a Direita não se calará.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.694, de 2025, que dispõe sobre a transformação de cargos vagos no quadro permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sem aumento de despesas. Além disso, defendeu a proteção dos fundos de pensão, especialmente a Previ, dos funcionários do Banco do Brasil. Ressaltou que o fundo, que possui cerca de R\$ 300 bilhões, é autossustentável, bem gerido e constantemente fiscalizado, sendo essencial para garantir as aposentadorias dos trabalhadores, e criticou tentativas de desmoralizá-lo ou utilizá-lo politicamente.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.694, de 2025, que dispõe sobre a transformação de cargos vagos no quadro permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sem aumento de despesas.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.694, de 2025, que dispõe sobre a transformação de cargos vagos no quadro permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sem aumento de despesas.



Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 7.906, de 2014, que cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Minas Gerais e dá outras providências.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 7.906, de 2014, que cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Minas Gerais e dá outras providências.

General Girão (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 7.906, de 2014, que cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Minas Gerais e dá outras providências.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 7.906, de 2014, que cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Minas Gerais e dá outras providências.

Cleber Verde (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 7.906, de 2014, que cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Minas Gerais e dá outras providências.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 7.906, de 2014, que cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Minas Gerais e dá outras providências. Ademais, destacou que o Partido Democrático Trabalhista (PDT) valoriza tanto o trabalho quanto o capital, defendendo o trabalhismo.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada defendeu o mérito do Projeto de Lei nº 7.906, de 2014, que cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Minas Gerais e dá outras providências. Argumentou que a proposta tramitou por três comissões relevantes e que sua implementação ampliaria o acesso dos trabalhadores à Justiça do Trabalho. Destacou o acúmulo de processos desde 2014 e lembrou que o Estado possui 853 Municípios. Por fim, citou dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que posicionaram o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Minas Gerais como o terceiro mais produtivo do País, com apenas 295 juízes para atender mais de 20 milhões de habitantes.



Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 7.906, de 2014, que cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Minas Gerais e dá outras providências. Ademais, criticou a prioridade conferida pelo Governo Federal à proposição em detrimento da busca por soluções para a devolução de recursos desviados de aposentados, mencionando repasses a sindicato ligado ao irmão do Presidente Lula.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 7.906, de 2014, que cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Minas Gerais e dá outras providências. Ademais, criticou a reforma trabalhista, bem como as tentativas de destruição tanto da Justiça do Trabalho quanto do sistema de proteção ao trabalhador.

Zé Silva (SOLIDARIEDADE - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 7.906, de 2014, que cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Minas Gerais e dá outras providências.

Sargento Fatur (PSD - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 7.906, de 2014, que cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Minas Gerais e dá outras providências.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 7.906, de 2014, que cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Minas Gerais e dá outras providências.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado levantou questão de ordem para suprimir, do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, o nome da Vereadora assassinada Marielle Franco, sob a alegação de violação ao princípio constitucional da impessoalidade. Ademais, argumentou que a defesa dos direitos humanos não é monopólio da Direita ou da Esquerda e que a efeméride deve ser celebrada de forma plural, impessoal e institucional.

General Girão (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Marielle Franco (Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos). Ademais, parabenizou a operação da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, que recuperou 1 milhão de reais roubados de uma agência do Banco do Brasil em Cabrobó (PE) e



preendeu os envolvidos. Por fim, criticou decisão judicial que libertou criminosos flagrados transportando quase 400 quilos de maconha em uma picape.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Marielle Franco (Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos).

Cleber Verde (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Marielle Franco (Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos).

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado defendeu a aprovação do mérito do Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Marielle Franco (Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos). Ademais, relatou a experiência vivida por seu pai, que foi preso durante a ditadura militar sem explicações, e destacou que os direitos humanos são frequentemente negligenciados até que sua ausência se torne dolorosamente perceptível. Por fim, afirmou que celebrá-los é essencial para garantir a cidadania plena, a liberdade de expressão e o exercício da democracia no Brasil.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Marielle Franco (Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos).

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Marielle Franco (Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos). Ademais, argumentou que a proposição em apreço viola o princípio da impessoalidade.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Marielle Franco (Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos).

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Marielle Franco (Dia Nacional das Defensoras e



Defensores de Direitos Humanos). Aproveitou para lembrar os presos do 8 de janeiro por suposta perseguição política e ideológica.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Marielle Franco (Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos). Na oportunidade registrou o expressivo número de policiais assassinados no Brasil e defendeu a valorização da categoria.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Marielle Franco (Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos). Aproveitou para ressaltar o legado da ex-Vereadora Marielle Franco na defesa dos direitos humanos.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado encaminhou a votação da expressão "Dia Marielle Franco", constante do artigo 1º do substitutivo para fins de sua supressão, apresentado ao Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Defendeu a retirada do nome de Marielle Franco da proposição, argumentando que a data não deveria ser associada a uma figura específica nem a ideologias.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado encaminhou a votação da expressão "Dia Marielle Franco", constante do artigo 1º do substitutivo para fins de sua supressão, apresentado ao Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Destacou que homenagear Marielle representaria todas as mulheres e defensores da justiça social, e repudiou tentativas de revisionismo ao citar, ironicamente, a possibilidade de homenagear torturadores como Carlos Brilhante Ustra.

General Girão (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "Dia Marielle Franco", constante do artigo 1º do substitutivo para fins de sua supressão, apresentado ao Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Em seguida, denunciou o bloqueio de verbas nas universidades federais, apontando que os Reitores, presentes em Brasília (DF), enfrentam dificuldades para manter despesas básicas e programas como o Ensino a Distância (EAD), devido à liberação parcial dos recursos orçamentários. Além disso, criticou a destinação de R\$ 15 bilhões à cultura. Acusou o Governo Lula de incoerência e lamentou a ausência de protestos estudantis diante da situação. Concluiu chamando o Governo de “vergonha nacional”.



Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "Dia Marielle Franco", constante do artigo 1º do substitutivo para fins de sua supressão, apresentado ao Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Na oportunidade, mencionou datas comemorativas que homenageiam personalidades como Carlos Drummond de Andrade (Dia Nacional da Poesia), Oswaldo Cruz (Dia Nacional da Saúde) e Chiquinha Gonzaga (Dia Nacional da Música Popular Brasileira), questionando por que apenas Marielle seria retirada por motivos políticos e ideológicos.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "Dia Marielle Franco", constante do artigo 1º do substitutivo para fins de sua supressão, apresentado ao Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Em seguida, celebrou os 45 anos do Partido Democrático Trabalhista (PDT), completados em 26 de maio de 2025, e destacou sua conexão histórica com o trabalhismo iniciado por Getúlio Vargas em 1945. Lembrou que, enquanto o trabalhismo completa 80 anos, o PDT marca 45 anos de trajetória política como seu herdeiro legítimo, citando figuras como Jango, Brizola e Pasqualini. Além disso, destacou as conquistas históricas do trabalhismo, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o 13º salário, o direito à aposentadoria, o voto feminino e a criação de grandes estatais como a Petrobras e a Vale. Ressaltou que o trabalhismo é uma ponte entre capital e trabalho, e representa uma visão de mundo que valoriza tanto o empreendedor quanto o trabalhador. Por fim, Rejeitando a polarização entre direita e esquerda, afirmou que a essência do Brasil é trabalhista e defendeu o legado do PDT como base para um futuro de justiça social, desenvolvimento e democracia.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "Dia Marielle Franco", constante do artigo 1º do substitutivo para fins de sua supressão, apresentado ao Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "Dia Marielle Franco", constante do artigo 1º do substitutivo para fins de sua supressão, apresentado ao Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Além disso, destacou que defender os direitos humanos é lutar contra violações como censura, tortura, ditadura e ataques às instituições democráticas, como o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF). Criticou a incoerência de Parlamentares que, ao se oporem ao projeto, exaltam o Coronel Brilhante Ustra, conhecido torturador do regime militar, e questionou a tentativa de transformar em vítimas os condenados por ataques antidemocráticos, como os presos na Papuda.



Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "Dia Marielle Franco", constante do artigo 1º do substitutivo para fins de sua supressão, apresentado ao Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Aproveitou para classificar como "hipocrisia" a postura de Parlamentares do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Sugeriu que o homenageado deveria ser o soldado Luiz Gonzaga, morto durante a Intentona Comunista de 1935 no Rio Grande do Norte. Além disso, defendeu o direito de se citar o Coronel Brilhante Ustra, afirmando que a esquerda não tem legitimidade para criticar tal menção, uma vez que, em sua visão, apoia regimes como os de Cuba, Venezuela e organizações como o Hamas.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "Dia Marielle Franco", constante do artigo 1º do substitutivo para fins de sua supressão, apresentado ao Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Em seguida, afirmou que a narrativa em torno do assassinato da Vereadora foi inicialmente usada para tentar incriminar o ex-Presidente Jair Bolsonaro, acusação que teria perdido força após a identificação do real mandante do crime. Também criticou o silêncio em torno de outras vítimas da violência, como o jornalista Tim Lopes, assassinado por traficantes em 2002, afirmando que casos como esse não receberam a mesma atenção.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada orientou a bancada na votação da expressão "Dia Marielle Franco", constante do artigo 1º do substitutivo para fins de sua supressão, apresentado ao Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Aproveitou para ressaltar os investimentos do Governo na segurança pública e criticou discursos que promovem acirramento e desrespeitam vítimas da violência, especialmente quando cometida pelo Estado.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "Dia Marielle Franco", constante do artigo 1º do substitutivo para fins de sua supressão, apresentado ao Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado encaminhou a votação do artigo 2º, do Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do artigo 2º, do Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Na oportunidade, criticou o uso político distorcido de nomes como Marielle Franco e Tim Lopes, destacando que ambos foram vítimas da violência e merecem homenagens. Além disso, rejeitou a tentativa de retirar menções a negros, mulheres



e indígenas, segmentos historicamente marginalizados. Concluiu defendendo que a valorização desses grupos seria essencial para dar sentido à proposta.

General Girão (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 2º, do Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do artigo 2º, do Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Lembrou que o Brasil é um dos países que mais mata defensores de direitos humanos, principalmente por causas ambientais e territoriais, e ressaltou que votar contra essa proposta seria também votar contra os povos indígenas. Além disso, afirmou que a memória de Marielle Franco representa um legado histórico, e não deve ser apagada por motivos ideológicos.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 2º, do Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, defendendo que homenagens legislativas não devem privilegiar indivíduos específicos.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 2º, do Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 2º, do Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 2º, do Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 2º, do Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Aproveitou para estender a homenagem a figuras históricas como Ulysses Guimarães e Mário Covas, que simbolizam a luta democrática e a defesa intransigente dos direitos civis. Por fim, destacou que os direitos humanos são uma conquista da civilização e não devem ser apropriados por partidos, ressaltando que sua defesa é suprapartidária e essencial à democracia.



Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado encaminhou a votação do inciso III do art. 2º, da subemenda substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do inciso III do art. 2º, da subemenda substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

General Girão (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do inciso III do art. 2º, da subemenda substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada orientou a bancada na votação do inciso III do art. 2º, da subemenda substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do inciso III do art. 2º, da subemenda substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do inciso III do art. 2º, da subemenda substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Defendeu a importância dos direitos humanos como conquista civilizatória consolidada após a Segunda Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e sua Carta. Criticou aqueles que ignoram esses marcos históricos e insistem em defender a tortura e torturadores, alertando que tais posicionamentos ficarão registrados nos anais da Câmara e serão lembrados como parte vergonhosa da história. Finalizou exaltando Marielle Franco e os princípios da dignidade humana.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do inciso III do art. 2º, da subemenda substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Em seguida, mencionou o suposto “roubo dos aposentados” e alegou que figuras como Jair Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro estariam sendo perseguidas por uma “ditadura disfarçada” no Brasil.



Sumário da Sessão nº 88.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2025

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do inciso III do art. 2º, da subemenda substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Em seguida, criticou a esquerda e recomendou a leitura do livro "A verdade sufocada", de Brilhante Ustra. Por fim, afirmou que policiais são tratados como cidadãos de segunda classe no Brasil, enquanto defensores de direitos humanos não presta apoio a agentes de segurança mortos em serviço.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do inciso III do art. 2º, da subemenda substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada agradeceu aos que votaram a favor e aos que participaram do debate sobre o Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Rebateu críticas, recordando sua atuação como Governadora do Rio de Janeiro no período do assassinato do jornalista Tim Lopes. Destacou que as ações do Estado priorizaram a proteção de policiais e da população, com uso de inteligência para evitar confrontos armados. Também registrou o trabalho da vereadora Marielle Franco, a quem descreveu como defensora das viúvas de policiais mortos, ressaltando a importância de preservar sua memória e atuação social.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado defendeu a importância simbólica do Projeto de Lei nº 6.366, de 2019, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, o qual homenageou Marielle Franco. Criticou a naturalização da violência e do discurso de ódio, citando declarações públicas de Jair Bolsonaro e o histórico de violações de direitos humanos no Brasil. Relembrou a atuação de Marielle na defesa de policiais, mulheres e populações vulneráveis. Condenou o retrocesso em políticas de direitos, mencionando o uso de câmeras corporais como medida de proteção a policiais e à população. Informou que é preciso rejeitar a intolerância e reafirmar o compromisso com a dignidade humana.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.



General Girão (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada orientou a bancada a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado orientou a bancada a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado orientou a bancada a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.



General Girão (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

General Girão (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas. Alertou para o histórico de corrupção na instituição, mencionando desvios que chegariam a R\$ 1,5 trilhão ao longo dos anos. Destacou que o banco, criado em 1952, já acumulava prejuízos bilionários e questionou a aprovação de medidas que, em sua avaliação, poderiam aumentar o risco de novos desvios. Informou que o Nordeste, apesar de sua condição econômica, sofreu com esquemas de corrupção que enfraqueceram o papel da instituição na promoção do desenvolvimento regional.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado declarou apoio aos bancos públicos e defendeu que, mesmo dentro de um sistema capitalista, é essencial que essas instituições tenham um olhar social. Criticou a lógica dos lucros excessivos do setor bancário e afirmou que os bancos não produzem diretamente, mas são os que mais lucram com a atividade econômica. Também defendeu um modelo de banco que apoie o cidadão, o empreendedor e o desenvolvimento social, como exemplificado pelo Banco do Nordeste.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.



General Girão (PL - RN) - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

General Girão (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado reafirmou o apoio da bancada do PDT a projetos que fortaleçam os bancos públicos no Brasil. Ressaltou sua trajetória como bancário do Banco do Brasil e destacou a importância dessas instituições para o desenvolvimento nacional. Mencionou o papel fundamental do Banco do Nordeste, do Banrisul e da Caixa Econômica Federal em suas respectivas regiões. Por fim, defendeu a valorização e o fortalecimento dos bancos públicos, independentemente de nomeações políticas, apontando que todos os governos realizam indicações.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.



Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas. Além disso, afirmou que o Nordeste não é esquecido pelo Brasil, mas mal administrado por partidos de esquerda há décadas. Citou os casos da Bahia e do Maranhão como exemplos de má gestão, criticando os resultados dos governos de esquerda na região, especialmente sob o comando de líderes como Flávio Dino.

General Girão (PL - RN) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

Zé Silva (SOLIDARIEDADE - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.



Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 1.708, de 2025, que autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a constituir subsidiárias integrais ou controladas.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada informou que seu partido, o PL, decidiu pela retirada dos requerimentos de obstrução ao Projeto de Lei nº 9.263, de 2017, que institui a Política e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e dá outras providências.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado relatou a retirada da obstrução e a liberação da bancada da Oposição na votação do Projeto de Lei nº 9.263, de 2017, que institui a Política e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e dá outras providências.

Zé Silva (SOLIDARIEDADE - MG) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 9.263, de 2017, que institui a Política e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e dá outras providências.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 9.263, de 2017, que institui a Política e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e dá outras providências.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 9.263, de 2017, que institui a Política e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e dá outras providências.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 9.263, de 2017, que institui a Política e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e dá outras providências.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 9.263, de 2017, que institui a Política e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e dá outras providências.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado celebrou a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), do parecer ao Projeto de Lei nº 2.733, de 2023, do qual foi relator. Informou que a proposta torna obrigatória a comunicação do desaparecimento de pessoas idosas ao Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, além de prever o aviso imediato a hospitais, instituições de longa permanência, unidades de pronto atendimento e centros de assistência social (CRAS e CREAS), ampliando a rede de proteção e as chances de localização em segurança. Destacou o mérito social da medida, agradeceu à autora do projeto e aos colegas pela aprovação e reafirmou o compromisso com políticas públicas voltadas à proteção dos idosos.



Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado abordou a importância da responsabilidade fiscal e do equilíbrio entre os Poderes na condução da política econômica. Destacou as recentes declarações do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que afirmou que a responsabilidade fiscal não deve recair apenas sobre o Executivo, e a resposta do Presidente da Câmara, Deputado Hugo Motta, que criticou os gastos desmedidos do Governo e defendeu uma máquina pública mais eficiente e menos impostos. Reforçou ainda que Executivo, Legislativo e Judiciário devem atuar de forma conjunta e transparente para garantir a sustentabilidade das contas públicas. Concluiu afirmando que a responsabilidade fiscal é dever de todos os Poderes e essencial para um Brasil mais justo e sustentável.

Robinson Faria (PL - RN) - O Deputado defendeu medidas urgentes para combater a violência contra pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nesse sentido, apresentou um projeto de lei que propôs a criação de Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos para o atendimento de pessoas com TEA e seus familiares. Além disso, destacou a importância de capacitar agentes de segurança pública para garantir abordagens adequadas em situações de risco. Ademais, reivindicou a implementação de protocolos de atendimento humanizado e acolhimento prioritário nas delegacias e no sistema judiciário. Por fim, alertou que a pauta é uma questão de humanidade, não de partidos, e apelou à Câmara para que a proposta avance com urgência, a fim de assegurar proteção e dignidade a essa população vulnerável.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado defendeu a manutenção permanente de nomes no Cadastro Nacional de Pedófilos, ao criticar o veto presidencial que permite a retirada dos dados após o cumprimento da pena. Nesse sentido, alertou para a gravidade da violência sexual contra crianças e argumentou que a medida representa uma obrigação moral do Estado. Além disso, afirmou que crimes de pedofilia apresentam alta reincidência e exigem tratamento jurídico diferenciado. Em seguida, ressaltou que o cadastro teria caráter preventivo, não punitivo, e permitiria que instituições que lidam com menores tivessem acesso a informações essenciais. Por fim, concluiu que a prioridade deve ser a proteção das vítimas, e não a reintegração dos agressores e defendeu a derrubada do veto presidencial.

Jefferson Campos (PL - SP) - O Deputado alertou para os altos índices de mortes no trânsito no Brasil, em discurso alusivo à campanha Maio Amarelo. Nesse contexto, destacou que em 2023 foram registradas 34.881 mortes no País, com o Estado de São Paulo somando 5.594 vítimas entre janeiro e novembro de 2024, o maior número desde 2015. Além disso, defendeu a união entre os Poderes, a sociedade civil e os órgãos de trânsito para promover uma cultura de paz e responsabilidade nas vias. Em seguida, defendeu políticas públicas de educação, infraestrutura segura e fiscalização rigorosa. Por fim, conclamou os colegas à mobilização em defesa da vida.



Sumário da Sessão nº 88.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2025

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que propôs ampliar a faixa de isenção do Imposto de Renda para até R\$ 5 mil mensais. Nesse sentido, afirmou que a atual defasagem da tabela penalizou os trabalhadores de baixa renda, contrariando o princípio da capacidade contributiva. Além disso, destacou que preside a Comissão Especial responsável pela proposta e que o debate contou com participação de economistas, Receita Federal, centrais sindicais e especialistas. Por fim, apontou que a medida contribui para a justiça fiscal, fortalece o mercado interno e é coerente com a reforma tributária aprovada.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada celebrou sua eleição como a primeira mulher a presidir a Comissão do Esporte da Câmara, destacando o compromisso com a promoção da igualdade de gênero no setor. Apresentou o relatório da ONU Mulheres e do Comitê Olímpico Internacional como referência para a formulação de políticas públicas que combatam desigualdades no esporte brasileiro. Também defendeu maior presença feminina em cargos de liderança, segurança nos espaços esportivos, igualdade no financiamento, visibilidade midiática e inclusão desde a infância. Ao concluir, reforçou a importância da ação legislativa para transformar diretrizes em realidade concreta.

Fausto Santos Jr. (UNIÃO - AM) - O Deputado denunciou os impactos causados pela interrupção no fornecimento de energia elétrica em mais de 60 comunidades de Manicoré (AM), devido ao desbarrancamento do linhão do programa Luz para Todos, provocado pela cheia do Rio Madeira. Alertou para o agravamento do isolamento social, prejuízos econômicos, riscos à saúde e violação de direitos fundamentais. Além disso, cobrou ações imediatas do Ministério de Minas e Energia, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e da Amazonas Energia, como a instalação de soluções emergenciais. Ao encerrar, destacou a importância da audiência pública de Comissões da Casa para buscar respostas e garantir dignidade às populações atingidas.

ENCERRAMENTO